

Os credores, preocupados com a inflação e o déficit público do Brasil.

Lee Hoskins, vice-presidente e economista-chefe do PNC Financial Corp, de Pittsburgh, EUA, um dos credores da dívida externa brasileira, disse ontem que existe uma preocupação na comunidade financeira internacional com relação ao controle do déficit público e da inflação no Brasil. Contudo, Hoskins observou que as alterações ocorridas no ministério Sarney têm também seu lado positivo: resultaram em maior unidade no governo, além de ter sido uma demonstração de habilidade do presidente em operar as alterações sem criar instabilidades no plano externo.

Em visita a São Paulo — onde se avistará com banqueiros e economistas da Unicamp — Lee Hoskins disse que a nova equipe econômica de Sarney deverá manter a mesma linha de negociações da dívida externa. Frisou que não está otimista quanto a um acordo a curto prazo com o FMI, até o fim do ano. "Mas acredito que o acordo vá sair."

Defendeu uma renegociação plurianual da dívida, afirmando que o modelo mexicano pode ser adequado para o Brasil.

Um dos fatores que têm contribuído para facilitar a renegociação, segundo Hoskins, é o desempenho positivo das nossas exportações. "Isso melhora a situação financeira (do Brasil), desde que não comecem novos projetos". Para o banqueiro do PNC, o acordo com o México deve ser revisto continuamente. "Não só com o México, mas com todos os países. Não existe exigência ou cláusula específica que proíba os devedores de pedirem dinheiro novo".

30 AGO 1985

O problema, frisou Hoskins, é tentar atrair empréstimos voluntários e não os involuntários, com interferência da Reserva Federal dos EUA, mas para isso o Brasil tem que se tornar mais atrativo. Para ele, seria preciso separar a negociação do dinheiro "velho" do dinheiro "novo". "Isso tornaria mais fáceis e rápidas as negociações. Mas tudo isso deve envolver, ainda, a restituição da confiança, por parte dos credores, nos países devedores. Os países que queiram novos empréstimos deveriam estabelecer um nível médio de dinheiro dentro de determinado período, assim os credores poderiam ter um certo controle so-

bre o que estão emprestando", afirmou.

Com relação à "confiança", Hoskins esclareceu que isso depende, em muito, da administração interna da economia de cada país. "A ponto de, no futuro, poderem pagar o serviço da dívida sem complicações. Além disso, os bancos têm de sentir que têm controle dos prazos e taxas acordadas no passado."

Para ele, o Brasil tem dado demonstrações de que é capaz de fazer isso, fato que favorece a confiança internacional. "E, se esse desempenho continuar por mais um ano, essa confiança será ainda maior."

Finalmente, ele reconheceu que os superávits têm contrapartida no rígido controle das importações. Mas, na sua opinião, uma boa administração fiscal permitirá liberação gradual das importações. Reconheceu ainda que esse processo não será fácil, pois estão embutidas medidas que implicam desestatização, mais confiança nas leis de mercado. "E não no governo como único regulamentador da economia."